



GÊNERO, IDENTIDADES E MEIO AMBIENTE: POLISSEMIAS HISTORIOGRÁFICAS

GENDER, IDENTITIES AND ENVIRONMENT: HISTORIOGRAPHICAL POLYSEMIES

GÉNERO, IDENTIDADES Y MEDIO AMBIENTE: POLISEMIAS HISTORIOGRÁFICAS

Catarina de Oliveira Buriti¹
José Otávio Aguiar²

RESUMO:

O estudo das identidades de gênero assume particular relevância na contemporaneidade e tem sido pauta de múltiplos olhares disciplinares. Um dos enfoques que vem contribuindo significativamente para essa discussão é o historiográfico. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar como as categorias de gênero têm sido abordadas pelos múltiplos domínios historiográficos, notadamente pelas vertentes da história social, pelos domínios da história cultural, pelas pesquisas pós-estruturalistas e, mais recentemente, pelos historiadores do ambiente. Explicitando os limites e as perspectivas desses estudos no interior de cada paradigma historiográfico, ressaltar-se-á a importância da incorporação da perspectiva de gênero para o adensamento do debate teórico em ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: História; gênero; cultura; justiça social; meio ambiente

ABSTRACT:

The study of the gender identities has acquired particular relevance in the contemporary agenda and has been receiving multidisciplinary views. One of the approaches that has contributed significantly to this discussion is the historiographical perspective. Therefore, the objective of this paper is to analyze how the categories of gender have been addressed by multiple historiographical fields, especially the aspects of social history, the fields of cultural history, the post-structuralism research, and, more recently, by historians of the environment. Expliciting the limits and prospects of these studies within each historiographical

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG; Bolsista Capes; Bacharel em Jornalismo pela UEPB; Concluinte do curso de Licenciatura em História pela UFCG.

² Pós-doutorando em História pela Universidade Federal Pernambuco, UFPE; Professor da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História (mestrado) e ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (mestrado e doutorado).

paradigm, the importance of incorporating the gender perspective to the density of the theoretical debate on human and social sciences will be emphasized.

Key-words: History; gender; culture; social justice; environment

RESUMEN:

El estudio de las identidades de género asume particular relevancia en la agenda actual y ha recibido múltiples miradas disciplinarias. Un enfoque que viene contribuyendo significativamente a este debate es la perspectiva historiográfica. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es analizar cómo las categorías de género han sido abordadas por varios campos de la historiografía, sobre todo por los aspectos de la historia social, los campos de la historia cultural, la investigación post-estructuralista, y más recientemente por los historiadores del medio ambiente. Demostrando los límites y perspectivas de esos estudios dentro de cada paradigma historiográfico, se hará hincapié en la importancia de incorporar la perspectiva de género a la densidad del debate teórico sobre las ciencias humanas y sociales.

Palabras-clave: Historia; genero; cultura; justicia social; medio ambiente

PREÂMBULO

O estudo das identidades de gênero assume particular relevância na contemporaneidade e tem sido pauta de múltiplos olhares disciplinares. Um dos enfoques que vem contribuindo significativamente para essa discussão é o historiográfico. O objetivo deste artigo é analisar como as categorias de gênero têm sido abordadas pelos múltiplos domínios historiográficos, notadamente pelas vertentes da história social, pelos domínios da história cultural, pelas pesquisas pós-estruturalistas e, mais recentemente, pelos historiadores do ambiente. Explicitando os limites e as perspectivas desses estudos no interior de cada paradigma histórico, ressaltar-se-á a importância da incorporação da perspectiva de gênero pelas ciências humanas e sociais, especialmente pela disciplina de história, para construir sociedades sustentadas, com cidadania, justiça socioambiental e equidade.

Em 1991, cerca de 1.500 mulheres representantes de 84 países se reuniram em Miami, EUA, para realizar o *I Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável*, cujo documento final – *Mulheres por um Planeta Saudável: Agenda 21* – constituiu-se em um conjunto de princípios e plataformas de ações para a construção de sociedades sustentáveis. A singularidade desse evento delineia a importância da incorporação da perspectiva de gênero pelos movimentos nacionais e internacionais de mulheres à discussão das questões ambientais, evidenciando a necessidade de inclusão de elementos fundamentais para a construção de um

desenvolvimento sustentável com equidade. Com base nessa constatação, cumpre-nos ressaltar que foi somente a partir desse decênio que os tratados e as convenções mundiais em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento social com sustentabilidade, promovidos pela Organização das Nações Unidas – ONU – passaram a considerar a participação, a justiça social e a igualdade de *status* como fundamentais à construção de uma nova ética ambiental.

Partindo do olhar de historiadores (as) dedicados (as) à discussão da história do meio ambiente, este artigo resulta de reflexões feitas a respeito do modo como as perspectivas de gênero têm sido incorporadas às pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais e humanas, colocando em evidência o que isto pode acrescentar para que essas áreas do saber contribuam para o debate das questões socioambientais, para a construção de uma nova ética em defesa da qualidade de vida, do respeito à diferença, aos direitos humanos e à natureza. O meu trabalho será o de analisar a forma como as relações sociais de gênero passaram a fazer parte das pautas de pesquisa dos (as) historiadores (as) sociais, culturais, pós-estruturalistas, atentando especialmente para o momento em que os profissionais da história que se dedicam às questões socioambientais passaram a incorporar tal perspectiva para indagar e compreender como homens e mulheres no tempo, e em espaços geográficos demarcados, perceberam e significaram o meio ambiente circundante e com base em uma sensibilidade ambiental socialmente construída, apropriaram-se e gestaram os usos dos recursos naturais.

Interpretar-se-á e problematizar-se-á como as mulheres foram vítimas de silêncios e invisibilidades históricas em relação à sua participação como atrizes sociais co-participantes do trabalho, da busca e da preservação dos recursos da natureza. Assim, com base na articulação teórico-metodológica provenientes dos estudos de gênero e meio ambiente, engendrar-se-á elos que articulem esses dois paradigmas à prática historiadora, ressaltando a necessidade de que estejamos atentos à relevância da problematização desses temas, uma vez que são questões que perpassam diretamente as discussões em torno da cidadania, da justiça social, dos direitos humanos e da equidade na sociedade contemporânea. A trajetória que iremos seguir visa, por fim, demonstrar como a incorporação dos estudos de gênero à história é passível de olhares multifacetados, dependendo do lugar institucional e das posições teórico-metodológico que permeiam as indagações dos historiadores.

1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE HISTÓRICA

No campo interdisciplinar dos estudos de gênero,³ a história é a área do saber que incorporou mais intensamente essa categoria às suas análises. Sabe-se que isto só foi possível graças à crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história que renovou e revigorou a disciplina, permitindo a incorporação de novos temas, metodologias e formas de abordagens, entre eles, a incorporação dos estudos de gênero. Deve-se acrescentar que, no contexto dos anos 1970, diante das repercussões políticas conseqüentes das reivindicações dos movimentos de mulheres, a historiografia buscou reintegrar as mulheres à história, situá-las como sujeitos ativos do processo histórico e problematizar/questionar as imagens de passividade, ociosidade, confinamento e os séculos de opressão e desigualdades a que as mulheres foram submetidas.

Não obstante grande parte da produção historiográfica ter utilizado o conceito de gênero de forma reducionista, privilegiando o enfoque das experiências femininas, é fundamental compreender que o uso desta noção se refere ao feminino e ao masculino, em sua dimensão relacional na qual se constrói as múltiplas faces identitárias do ser homem ou ser mulher na contemporaneidade.

Tais assertivas levam-nos a entender que “o gênero é um conceito que inclui o sexo biológico, investido dos valores e atributos que a cultura lhe oferece”. (MORAES, 1998, p. 103). Nesse sentido, elementos como cultura, configurações sociais, classe, etnia, geração, religião, costumes, trabalho, etc. devem ser intercruzados numa tentativa de desvendar e descortinar as historicidades específicas a cada sociedade e em cada momento histórico. Esses fatores são fundamentais para problematizarmos e, simultaneamente, desconstruirmos certas noções naturalizadas, a-históricas, generalistas, abstratas e universalistas a respeito do ser homem ou mulher. Destarte, a história apresenta diversas contribuições ao

³ A partir dos anos 1980 e 1990, o conceito de gênero passou a ser utilizado de forma generalizada, a princípio, no campo intelectual anglo-saxônico, pelos saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia. Ver MACHADO, 1998, p. 107.

estudo de gênero, uma vez que nos permite pensar o masculino e o feminino na historicidade e especificidade de suas inter-relações.

Diante de alguns impasses metodológicos originários dos “Estudos de mulheres” que priorizavam abordagens descritivas e limitadas em detrimento de elucubrações analíticas e teóricas que questionassem os conceitos dominantes da disciplina, emerge como uma nova proposta o conceito de gênero. Mas quais são as possibilidades e os limites teóricos e metodológicos que o conceito de gênero engendra? No Brasil, é possível considerá-lo como um novo paradigma do conhecimento? Sabe-se que com a incorporação desta categoria de análise, novos conhecimentos históricos foram incrementados, expandindo nossa compreensão a respeito dos temas pesquisados por essa área do saber. Todavia, não obstante esse conceito reivindicar para si um território próprio de pesquisa, em virtude das limitações teórico-metodológicos dos outros campos do saber, de acordo com a visão de MACHADO (1998), podemos considerá-lo até agora como um novo paradigma metodológico e não nos termos de um novo paradigma de conhecimento.

Tal proposta se assenta em três pilares: em primeiro lugar, a radicalização da idéia de desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e, simultaneamente, da construção simbólica (em sua dimensão sociocultural) das noções de masculino e feminino; em seguida, metodologicamente se utiliza o conceito de gênero em contraposição a qualquer tentativa de substancialidade e imutabilidade das categorias de homem/mulher, masculino/feminino; por fim, destaca-se a transversalidade de gênero, uma vez que a sua construção identitária perpassa as mais diferentes esferas do social. Nota-se assim que a possibilidade paradigmática ora apresentada a respeito da noção de gênero evidencia a arbitrariedade das relações entre sexo e gênero. (MACHADO, 1998).

Nesse sentido, pode-se afirmar que no Brasil, a incorporação da categoria gênero se limitou a uma nova forma de abordagem ou a um novo método de estudo, diferentemente do contexto anglo-saxão, onde os movimentos feministas e de minorias raciais afetaram diretamente o ambiente universitário, legitimando e institucionalizando a construção de paradigmas de conhecimento. (MACHADO, 1998).

A reflexão da autora acima referendada também consiste em questionar até que ponto a formulação do conceito de relações de gênero se configurou como um

novo paradigma metodológico no interior das humanidades de modo a acrescentar subsídios que o distinguíssem da perspectiva reducionista dos estudos de mulheres. Ela ressalta que, não obstante os interlocutores desses diferentes saberes disciplinares assumirem lugares teórico-epistemológicos diversos e paradigmas metodológicos múltiplos, há certo consenso por parte desses representantes acerca da utilização do novo tema e das idéias e mecanismos que ele implica ao ser operacionalizado na formulação de problemas e questões.

Afirmo, contudo, que no campo dos estudos históricos, embora se trate apenas de uma dessas fronteiras disciplinares no interior das humanidades, a perspectiva de gênero vem sendo incorporada de formas distintas, com abordagens diferenciadas – em alguns casos até incompatíveis –, de acordo com os lugares teórico-metodológicos adotados por cada pesquisador, o que contradiz a noção de consenso proposta por Machado (1998). Ao longo deste artigo, explico a diversidade de olhares e indagações que os historiadores têm lançado sobre as categorias de gênero e sobre suas inter-relações espaço-temporais.

2 GÊNERO E HISTÓRIA SOCIAL

Os usos da categoria de gênero nos estudos históricos emergiram em um momento de pulverização de tendências e abordagens historiográficas, o que implicou em apropriações distintas desse conceito nas pesquisas realizadas sob diversas perspectivas históricas. Este artigo começa por analisar como essa categoria vem sendo analisada sob os olhares dos historiadores sociais para, em seguida, estender essa observação para as vertentes da história cultural, dos estudos pós-estruturalistas e, mais recentemente, pelo domínio da história ambiental.

A incorporação dos grupos de mulheres como objeto da história social contribuiu no sentido de ampliar e enriquecer o nosso entendimento sobre as experiências desses segmentos sociais no passado. Com a utilização da categoria de gênero e a conseqüente reorientação da história das mulheres, as possibilidades de ampliar as pesquisas em história social para conhecer as relações históricas entre os grupos sociais de gênero, a experiência particular das mulheres e para

resolver problemas inerentes a outras perspectivas disciplinares foram ampliadas. (TILLY, 2006)

Antes dessa reorientação dos estudos de gênero, a história das mulheres não se portava na condição de questionar conceitos e problemas gerais da disciplina. Segundo Tilly (2006), não obstante o reconhecido potencial dos estudos de mulheres, alguns problemas de ordem teórico-metodológica desse campo têm sido apontados. Um deles é que eles não puseram em questão os conceitos dominantes das outras vertentes da disciplina histórica, limitando-se a uma análise descritiva e reiterativa da experiência das mulheres, sem muitas preocupações teóricas e analíticas. Para essa autora, a resposta somente foi encontrada quando se deu a “utilização do gênero enquanto categoria de análise histórica” (p. 42).

Observamos, entretanto, que não obstante o compartilhamento desse conceito pelos historiadores sociais ter fornecido os subsídios necessários para combater o determinismo biológico a respeito das noções de masculino e feminino, certas limitações ainda podem ser apontadas no que se refere à abordagem de gênero por esses (as) historiadores (as). Uma delas se dá em termos da análise dos “grupos de gênero no passado histórico” (p. 43). Refiro-me a muitas pesquisas realizadas por historiadores sociais que continuaram a utilizar a categoria gênero de forma reducionista, privilegiando apenas a experiência de vida das mulheres. Embora a reorientação da história de mulheres levada a efeito com a incorporação da categoria gênero tenha contribuído para situar esses personagens na história como grupos sociais distintos, socialmente construídos e não naturalizados, no entanto, observa-se que muitos dos trabalhos que adotaram a perspectiva sócio-histórica de gênero com a pretensão de rejeitar as análises causais reducionistas, continuaram limitados ao estudo das mulheres e considerando as transformações sociais somente em termos de relações entre classe e sexo. Esses estudos privilegiaram a dimensão comparativa e descritiva das experiências dos gêneros e não a utilização do conceito de gênero sob um olhar amplo que se efetiva de forma inter-relacional e segundo os esquemas de significação que regem cada contexto de historicidade.

Os trabalhos de história social, no que tange às análises da perspectivas de gênero, tiveram como balizas o estudo das relações de gênero no trabalho, em termos de formação de solidariedade de classe a partir de um conjunto de interesses

comuns, da construção de ações coletivas e de resistência, dos conflitos e tensões inerentes a atuação das mulheres no ambiente fabril. Limitaram-se também em construir uma história descritiva das mulheres em termos políticos e econômicos, permanecendo em silêncio outras vertentes que poderiam ser contempladas nesses trabalhos, a exemplo dos valores, das identidades, do devir, da multiplicidade de significações que os gêneros recebem no contexto sociocultural foco da análise.

Os estudos de gênero, em sua acepção sociológica, que tem versado sobre a história social da cultura das mulheres, permanecem atrelados a análise das classes sociais ou das variações entre grupos étnicos ou raciais. É necessário, no entanto, compreender que apesar de esses fatores influenciarem efetivamente a vida das mulheres, não determinam a formação de suas identidades, uma vez que há outra multiplicidade de variáveis que influenciam as experiências das mulheres, independentemente da classe social ou do grupo étnico ao qual ela pertença. Nesse sentido, a análise da história social não tem dado conta das complexidades que os estudos das relações de gênero assumem na contemporaneidade.

Para Tilly (1994, p. 35), a história das mulheres contribuiu no sentido de reorientar “o interesse pelas pessoas comuns do passado – motor da história social – na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas”. Por isso, ela defende a importância da construção da história social das mulheres de forma analítica e explicativa e não apenas descritiva. Entretanto, é necessário acrescentar que, na prática historiadora, a categoria gênero deve atuar de forma relacional e não apenas priorizando as dimensões econômicas e sociais da experiência desses atores e atrizes do processo histórico ou meramente restrita ao interior de determinado grupo social delimitado por critérios de pertencimento a classes socioeconômicas.

Para Chartier, é necessário

[...] evitar que a história das mulheres não reproduza, pela infelicidade, algumas das simplificações da antiga história social, que remetia todas as clivagens e todos os contrastes a um princípio único de diferenciação: a posição dos grupos ou das classes na escala de condições e de riqueza. O risco de investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal está sempre presente. (1995, p. 39)

Com base nessa posição, observamos que mesmo incorporando as categorias de gênero aos estudos de história social, a preferência por análises que

remetem todas as diferenças como resultantes dos fatores classes sociais, tem impossibilitado que esses historiadores ampliem as suas pesquisas para resolverem outras indagações que permeiam essa disciplina e os estudos de gênero em geral na atualidade.

3 IDENTIDADE, HISTÓRIA CULTURAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Diante das complexidades que o termo *identidade* passou a assumir na contemporaneidade, consideramos necessária uma reflexão preliminar a respeito desse conceito e do modo como ele é construído historicamente pelos atores e atrizes sociais.

Para Castells, “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo” (p. 22). Com relação à identidade dos atores sociais, esta pode ser compreendida como “o processo de construção de significado com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. (p. 22) A dinâmica da construção das identidades pelos indivíduos, grupos ou sociedades parte de tendências sociais e projetos culturais enraizados em um contexto marcado por relações de poder e por um conjunto de esquemas de significação inerentes a determinada historicidade. É com base nessas perspectivas que são organizadas/constituídas, especificamente, as identidades de gênero.

Observa-se que “todo processo de construção de identidades leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade” (CASTELLS, 2006, p. 24) e que a forma de compreensão dessas identidades deve ser empírica ou histórica, o que se contrapõe a qualquer tentativa de essencialização, naturalização ou estudo a-histórico das formações identitárias. Tais assertivas corroboram os argumentos expostos anteriormente relativos ao estudo das categorias de gênero, que devem ser contextualizados com as representações culturais que permeiam essas relações numa determinada sociedade.

Castells, considerando o contexto sociocultural e as relações específicas de poder que possibilitam a construção das identidades,⁴ postula que, no caso do

⁴ Para Castells (2006), há três formas da formação de identidades: a identidade legitimadora, que parte das instituições sociais com o intuito de expandir e racionalizar a sua dominação; a identidade de resistência criada por atores sociais que se encontram em condições desvalorizadas e/ou

movimento feminista⁵ construiu-se uma *identidade de projeto*, através da qual, as mulheres enfrentaram toda a estrutura da sociedade patriarcal para construir uma nova identidade, capaz de redefinir a sua posição de opressão sócio-histórica e com o objetivo de transformar, através deste projeto, toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.

Conforme vimos, no campo dos estudos históricos de gênero, há uma multiplicidade de perspectivas analíticas, dentre as quais, destacamos a história cultural. Tal enfoque nos permite explicitar manifestações passadas das experiências relacionais entre os gêneros, compreendendo que a realidade histórica é social e culturalmente constituída. Nesse sentido, diferentes processos históricos que se desenvolvem simultaneamente no interior de sociedades específicas devem ser considerados para desvendarmos as atribuições simbólicas e os significados que permeiam as tramas das relações entre os gêneros. (MATOS, 1998).

Tais premissas são fundamentais para problematizarmos as relações de gênero como construções cultural e simbólica, que englobam as relações desenvolvidas em suas dimensões políticas, sociais e econômicas.

Sob o ponto de vista da história cultural, entende-se que a violência simbólica e as relações de poder que propiciaram estratégias de dominação e de submissão das mulheres é histórica, cultural, lingüisticamente construída e sempre afirmada como uma diferença de natureza e universal entre os sexos. Nesse sentido, o importante não é apenas opor uma definição histórica e uma definição biológica da dicotomia masculino/feminino, mas sobretudo “identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções”. (CHARTIER, 1995, p. 42)

Chartier reconhece que historicamente houve dominação das práticas e dos discursos patriarcais sobre as mulheres, no entanto, chama a atenção para o

estigmatizadas no interior de uma lógica de dominação; e, por fim, as identidades de projeto, cuja ação se prolonga por toda a esfera social.

⁵ Mais adiante discutirei a crítica formulada por Butler (2000) em relação ao sujeito único do feminismo. Segundo ela, o termo genérico “mulheres” não discriminou a multiplicidade de identidades desse sujeito.

*consentimento*⁶ que houve por parte dessas atrizes sociais em relação às estratégias de dominação, considerando essa prática como fundamental para o funcionamento das estruturas de poder social e/ou sexual. Nesse sentido, para ele é necessário diferenciar a dominação masculina e a dominação simbólica que supõe a adesão dos próprios dominados às categorias e recortes que fundam sua sujeição, sendo também importante entender que através da noção de consentimento à violência simbólica do poder dominante, compreende-se que é do interior do próprio consentimento que surgem as fissuras ou resistências à dominação.

Compreende-se assim que a diferença sexual foi construída e naturalizada social e culturalmente e inscritas em discursos e práticas – representações – e através da articulação institucional de micro-poderes legitimados, sendo necessário o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos.

Isso significa afirmar que é preciso reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento em diversas experiências socioculturais para que a história das mulheres não seja elaborada através de arquétipos de vitimização ou de heroicização da mulher e que se entenda que a leitura a-histórica da separação entre os sexos é construída em um contexto social e historicamente datado. (CHARTIER, 1995)

É bom lembrar, todavia, que devemos entender que as relações de poder entre os gêneros no contexto histórico não se dá nem através de consentimento por parte dos sujeitos ordinários, nem tampouco por intermédio das estratégias de dominação unilaterais, que partem do poder hegemônico, centralizado. Contraponho-me a toda tentativa de compreensão das relações de poder bipolarizadas, ou seja, dominantes *versus* submissos, pois acredito que todos os sujeitos envolvidos, mesmo que se encontrem em condições subalternas ou em

⁶ Chartier se vale da definição de Pierre Bourdieu (*La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1989, p. 10.) a respeito dos dispositivos que asseguram a eficácia desta *violência simbólica* que "só triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la". Ver também Norbert Elias, *O processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, e o segundo volume, *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

posição de discriminação, os homens e mulheres ordinários traçam as suas *táticas*⁷ para burlarem as políticas calculadas de dominação. Nesse sentido, tratando-se especificamente de gênero, o poder oscila entre os vários sujeitos envolvidos e somente a análise das circunstâncias históricas e dos arranjos socioculturais particulares nos permite compreender as tensões que permeiam as inter-relações históricas entre os gêneros.

Nesse quadro de referências, constata-se que o enfoque da história cultural sobre as representações⁸ – práticas e discursos – pode dar conta da complexidade não apenas do estudo das mulheres, mas, de forma mais ampla, das identidades de gênero que são construídas na trama das temporalidades. É necessário, todavia, que não se considere que haja dominação ou *consentimento* nas tensões de poder entre os gêneros, mas que estas sejam compreendidas em suas inter-relações específica a cada circunstância histórica.

4 RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADES DE GÊNERO NA PÓS-MODERNIDADE

Para refletirmos sobre como se dá a construção das identidades individuais ou coletivas em um contexto denominado de pós-modernidade⁹ faz-se necessário, antes de tudo, reconhecer o seu descentramento, deslocamento ou fragmentação.

⁷ Para Michel de Certeau, a noção de *estratégia* é pensada como a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado, enquanto a noção de *tática* corresponde a uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então através das táticas, os sujeitos ordinários não têm por lugar senão o do outro, atuam astuciosamente nas circunstâncias. E por isso devem jogar e manipular no terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁸ Para compreender a abrangência do conceito de representação em Roger Chartier, ver CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Viseu: Tipografia Guerra, 1990.

⁹ Sobre a noção de Pós-modernidade e as rupturas e continuidades que ela encerra ver o texto de Donald Shüler, Pós-modernidade: ruptura ou continuidade? In: SHÜLER, Donald; SILVA, Juremir Machado da. *Metamorfoses da cultura contemporânea*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2006, no qual ele debate as metamorfoses desestabilizadoras pelas quais passou a cultura ocidental, principalmente a partir da modernidade. Para ele, entende-se por pós-modernidade o aceleração das inquietações e das transformações que caracterizaram a modernidade, em que a racionalidade antropocêntrica exacerbada atingiu o seu ápice e passou a ser questionada, fragmentada, despedaçada. Ver também em REIS, José Carlos. A pós-modernidade. In: *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 42, o debate sobre as mudanças que a pós-modernidade acarretou para a escrita da história, deslegitimando certas visões teleológicas ou buscas de um sentido para a história, permitindo uma autocrítica da razão instrumental e o descentramento dos sujeitos sociais cartesianos. Mais adiante, discutiremos a visão de Hall (2000) sobre a identidade cultural na pós-modernidade.

Para Hall (2000), o conjunto de transformações estruturais ocorridas no final do século XX provocou um “duplo deslocamento” tanto das nossas identidades pessoais, até então tidas como estáveis e sólidas, quanto do lugar que ocupamos no mundo social e cultural. Essas transformações fragmentaram “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e racionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. (p. 9).

Tais noções são fundamentais para compreendermos, em particular, as noções de identidade de gênero na pós-modernidade, uma vez que o sentido simbólico e os significados que são atribuídos historicamente – e não mais biologicamente – a essa categoria é que as definem em seus diferentes contextos inter-relacionais. O sujeito pós-moderno é produzido e conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial, permanente, unificada, estável. As identidades são (trans)formadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados, interpelados e confrontados no interior de determinados sistemas socioculturais que apresentam uma multiplicidade cambiante e desconcertante de identidades possíveis. (HALL, 2000).

O feminismo, ao lado de outros movimentos sociais e intelectuais que emergiram na década de 1960 – revoltas estudantis, movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz, maio de 1968, etc. – desestabilizaram profundamente as noções de sujeito e de identidades consolidadas até então. De acordo com Hall (2000), cada um desses movimentos assumiu uma política identitária específica, sendo que o feminismo, em particular, contribuiu mais significativamente com “o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico” e “politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas” (p. 45). Nesse sentido, expandindo o estudo das mulheres para a problematização das identidades de gênero e sexuais, postulou que a nossa formação enquanto sujeitos seria uma questão social e política e não um dado da natureza.

No Brasil da primeira metade do século XX, o turbilhão de transformações sociais ocorrido com o advento da República e com a Abolição da escravatura, pôs em evidência, para os membros das elites brasileiras, notadamente entre os homens do Norte e do Nordeste, o sentimento de que a ordem, a autoridade e,

principalmente, a hierarquia social estavam declinando, provocando uma desvirilização da política e uma feminização da sociedade. Durval Muniz, em *A invenção do falo*,¹⁰ estudando as mudanças sociais advindas do declínio econômico pelo qual passava o Nordeste agrário, no momento em que se deu o deslocamento do eixo de dominação política para o Sul, destaca o temor que perpassava os discursos masculinos da região de que o declínio progressivo dos valores, das sociabilidades e das sensibilidades patriarcais representasse a desvirilização da sociedade e da política. Durante o Império, havia perdurado a ordem social e o predomínio do homem, do macho, do Pai não era contestado. Com o advento da República, no entanto, houve o alastramento do feminino e a supressão das fronteiras entre etnias e raças na sociedade, o que causava grande temor às nossas elites.

Estas teriam agora a tarefa de se articular no sentido de incluir na sociedade novos agentes sociais e suas reivindicações, sem que a ordem da sociedade fosse solapada e sem que as hierarquias fossem seriamente invertidas. Entretanto, com a urbanização, a industrialização, a mudança nos costumes e as pressões advindas do movimento internacional feminista, era preocupante a mudança de comportamento das mulheres que começavam a contestar a forma hierarquizada da família dita patriarcal e buscando o exercício de novos papéis sociais e políticos. O padrão de masculinidade baseado numa nítida hierarquia não só de poder, mas racial, de classe e de gênero estava em crise e as mulheres lutavam pelo fim da opressão e das sólidas hierarquias vigentes até então. (DURVAL, 2003)

Observa-se que dos símbolos e metáforas do masculino, a modernidade e suas transformações colocou em evidência o que as tramas discursivas das elites patriarcais consideraram como desvirilização ou afeminação do país, revertendo e borrando assim as fronteiras até então muito bem definidas entre as identidades masculinas e femininas. Nota-se desse modo que esse processo se tratou de um importante movimento de questionamento dos papéis sociais atribuídos a cada

¹⁰ Além dessa obra, destacamos, para efeito de análise e problematização, o livro recentemente publicado por esse autor que, em uma de suas partes, trata da construção das identidades de gênero e de suas transformações históricas no espaço que corresponde ao Nordeste brasileiro. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

gênero e das hierarquias sociais que lhes foram historicamente impostas no Nordeste brasileiro. As noções naturalizadas e imutáveis das categorias de gênero nesse recorte espacial foram contestadas, abrindo possibilidades de múltiplas construções identitárias, dependendo do contexto político, social e histórico.

É necessário ressaltar, no entanto, que para além dos *discursos* dessas elites sobre a redefinição dos papéis sociais e das identidades de gênero nessa região, existiram posições políticas, relações tensivas ou interesses sociais exteriores ao discurso, uma vez que se tratava de um período de transformações sociais no Brasil, especialmente, no Nordeste, o que provocou a contestação e o questionamento das hierarquias ou das diferenças entre os sexos historicamente naturalizadas. Em face de certa estrutura institucional e de um contexto sociopolítico e cultural que propiciava manutenção do regime patriarcal, fissuras partiram do interior desse próprio arranjo social, o que permitiu que a(s) identidade(s) feminina(s) fossem construídas nesse momento histórico. Nessa concepção, no que diz respeito às identidades de gênero, necessário se faz buscar entender não apenas a construção discursiva do social, mas também a construção social do discurso.

Judith Butler, filósofa pós-estruturalista, forçando um diálogo entre a história, a filosofia e a psicanálise, busca também desconstruir os discursos fundacionais das identidades de gênero no Ocidente. Para ela, é necessário questionar a noção identitária de “sujeitos do sexo/gênero/desejo” para problematizar as relações binárias naturalizadas e reificadas no interior dos discursos falocêntricos e da heterossexualidade compulsória, assim como a localização e o significado que tais conceitos encerram num contexto de uma hierarquia de gênero socialmente instituída. Somente através de uma genealogia crítica das categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de formações específicas de poder, é possível desconstruir categorias identitárias produzidas no interior de uma teia de instituições, práticas e discursos.

Contesta-se o sujeito feminino presente no discurso feminista, por ser representado com uma identidade comum, estável ou permanente. Em cada contexto histórico, a categoria de gênero não se constituiu de maneira coerente ou consistente e dialogou com identidades discursivamente constituídas em termos raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais. As reivindicações políticas do feminismo também atribuíram ao patriarcado e à estrutura de dominação um caráter

de universalidade, homogeneizando a experiência de subjugação das mulheres, sem levar em conta as especificidades que os discursos institucionais fálicos e heterossexuais assumiram em espaços e temporalidades diferentes. Nas palavras de Butler, a “crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significantes masculinista, mas também permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”. (p. 33)

Nesse sentido, o discurso feminista não apenas considerou o discurso da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo culturalmente hegemônico, universalista e unitário, mas também construiu o discurso de suas próprias representações políticas como unitário e universal, restringindo assim a possibilidade de uma representação política e identitária mais ampla, de modo que incluísse as experiências de vida de outras mulheres. (BUTLER, 2003)

Em virtude da insistência do discurso feminista sobre a coerência e a unidade da categoria das mulheres, o privilégio de classe e de raça permaneceu intacto à crítica desse movimento político e, simultaneamente, foi rejeitada a multiplicidade das interseções sociais, políticas e culturais através das quais se articulam histórica e concretamente as experiências culturais das mulheres, bem como o estudo das relações de poder que condicionam e limitam essas possibilidades dialógicas.

A proposta de Butler de desconstruir os discursos ocidentais hegemônicos das identidades de gênero internamente coerentes no âmbito de uma estrutura heterossexual busca uma resignificação subversiva dessas identidades e da sua proliferação além das estruturas binárias, abrindo possibilidades culturais de deslocamentos e descontinuidades da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo.

Não obstante o esforço de problematizar as categorias de gênero para além de uma estrutura binária, de desconstruir os discursos que se articularam no interior de uma heterossexualidade compulsória/falocêntrica e ainda de apontar modos de subversão que permitem a construção múltipla das identidades, a proposta de desconstrução não dar conta das possibilidades históricas e políticas que permeiam a discussão das relações de gênero, sobretudo por se manter atrelada à análise dos discursos e não das tensões sociais e das práticas relacionais que concretamente permeiam a sua construção. Nesse sentido, não obstante reconhecermos as contribuições dessas áreas do conhecimento para problematizarmos as identidades

de gênero na contemporaneidade, acreditamos ser necessário historicizar as especificidades culturais das experiências das relações de gênero e da construção de identidades para em seguida, utilizarmos dos subsídios empíricos necessários para elaborações analíticas capazes de explicar as questões de gênero e as implicações políticas que elas encerram na atualidade.

5 HISTÓRIA, GÊNERO E MEIO AMBIENTE

Foi a partir da Conferência Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, que as reflexões entre gênero e meio ambiente tomaram impulso e a dinâmica do movimento das mulheres incluiu na Agenda 21 a importância da participação das mulheres para um desenvolvimento sustentado e equitativo. Compreendemos que as diversas conferências mundiais promovidas pela ONU ou pelos movimentos ambientalistas e de mulheres proporcionaram oportunidade de viabilizar e dar visibilidade às articulações políticas aos estudos de gênero.

Destacamos o trabalho de Castro e Abramovay (1997) a respeito do modo como diversas Organizações Não-Governamentais do Brasil, nos anos 1990, têm representado e equacionado as relações entre gênero e meio ambiente. Considerando que não se pode perder de vista que os problemas ambientais estão acompanhados da análise das desigualdades e da iniquidade existente em nossa sociedade, elas mapearam experiências, projetos e ideários e mostraram práticas efetivas das agências que têm como campo de ação a relação gênero e meio ambiente, para além dos discursos das grandes conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Elas destacam que mais do que incorporar as mulheres no debate das questões ambientais, é necessário utilizar a perspectiva de gênero, em sentido amplo, para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas. Evidenciam, entretanto, com base nesta pesquisa, que a questão ambiental e o tema de gênero não são prioridades do Governo e que as próprias ONGs quando falam, criticam e reivindicam políticas ambientais mais participativas, não têm buscado estratégias que também incorporem a perspectiva de gênero ao debate sobre cidadania, participação democrática, sustentabilidade social, econômica,

política e cultural da sociedade. Além disso, destacam que os estudos e projetos que incorporam o diálogo entre as perspectivas de gênero e meio ambiente devem despir-se de certas visões essencialistas sobre mulher e meio ambiente que corroboram as tradicionais dicotomias mulher/natureza, homem/cultura.

Sabe-se que os estudos de gênero e a questão ambiental são duas novas perspectivas epistemológicas que estão sendo consideradas fundamentais para a construção da cidadania e de um desenvolvimento humano sustentável e com equidade. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2007).

De maneira especial, destacamos a importância da presença desses dois paradigmas ao campo dos estudos históricos,¹¹ que nos permitem lançar um olhar crítico sobre as categorias sociais de gênero e as inter-relações que estas estabeleceram com o meio ambiente em diferentes sociedades e contextos de historicidade.

No percurso até agora transcorrido apresentamos os diversos enfoques que a historiografia tem lançado sobre as categorias de gênero, apontando os limites e as possibilidades de cada uma das perspectivas de abordagens e as contribuições que a incorporação deste paradigma nos acrescentou para ampliar a nossa compreensão do processo histórico. Destacar-se-á a seguir como a categoria de gênero tem sido problematizada pelo olhar crítico dos historiadores ambientais.¹²

Considerando as perspectivas de gênero e recorrendo aos fundamentos metodológicos da história oral, Marcos Montysuma (2008) questiona a invisibilidade

¹¹ A seguir, chamaremos a atenção para a incorporação das categorias de gênero à perspectiva historiográfica que denominamos de História Ambiental. Institucionalizada nos EUA, nos anos 1970, esse campo de estudos tem-se consolidado nas últimas décadas. Estudando as inter-relações entre sociedades e naturezas que se desenvolveram em diversos contextos de historicidade, nós historiadores fornecemos às sociedades atuais não apenas lições históricas de degradação ambiental, mas também possibilidades de visualizarmos o que ainda nos resta e podemos preservar. Sobre a história ambiental não catastrófica ver SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996. Para uma introdução à História Ambiental ver DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197. Conferir também WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.

¹² Salientamos aqui o pioneirismo dos historiadores ambientais brasileiros que têm incorporado a perspectiva de gênero para incrementar as suas pesquisas e para ampliar a sua compreensão a respeito das significações que as sociedades têm atribuído nas suas inter-relações com o meio ambiente circundante. Alguns destes trabalhos serão problematizados ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Cumpre-nos registrar, todavia, a lacuna presente no livro já clássico organizado por DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. Uma coletânea de grande monta, composta por 20 artigos sobre variadas temáticas da história das mulheres do Brasil, em diferentes períodos e espaços, não incorporou às suas análises as perspectivas ambientais.

das mulheres na historiografia que trata do extrativismo da borracha na Amazônia, buscando valorizar as experiências e percepções desta categoria de gênero com o ambiente da floresta, bem como destacar a relevância do papel que essas mulheres exerceram na apropriação do espaço e na cultura da extração da borracha. O autor problematiza a visão de certa historiografia que por muito tempo negligenciou a presença das mulheres nas florestas, representou o ambiente dos seringais como sendo habitados majoritariamente por homens, únicos sujeitos capazes de habitar o ambiente hostil das florestas. Apropriando-se de recentes estudos que situam as mulheres como co-participantes do sistema produtivo na busca pela sobrevivência nos seringais e até como instrutora, sob certas circunstâncias, dos migrantes recém-chegados a esses locais, assegurando-lhe o aprendizado das atividades fundamentais para manter a cultura das matas.

No que diz respeito às interações das mulheres com a floresta, destaca-se ainda as sensibilidades e os cuidados com os recursos das florestas, as significações culturais e os saberes e experiências comunitariamente compartilhadas que permitem não apenas à exploração, mas também a preservação e manutenção das matas.

Questionamos no trabalho de Montysuma (2008) a recorrência ao diálogo com as teorias darwinistas para compreender o ecossistema das florestas equatoriais, postulando, com base nelas, a sobrevivência dos mais aptos e dos mais fortes sobre os organismos inferiores. Acreditamos que em se tratando de história, estamos lidando com a *indeterminidade*,¹³ com o *devir*, com a permanente incompletude, com o circunstancial, esses referenciais valendo inclusive quando se trata da história do meio ambiente, uma vez que este se humaniza a partir das nossas interações e intervenções sobre ele.

Não obstante, destacamos que, com bastante acuidade analítica, pioneirismo e perspicácia teórico-metodológica, o pesquisador concede à historiografia o lugar que as mulheres efetivamente ocuparam efetivamente na interação com as florestas e no desempenho de múltiplas atividades nesse espaço. E o mais interessante é que, embora alguns críticos tenham apontado que os historiadores de gênero têm

¹³ Para aprofundar mais sobre o conceito de *indeterminidade* no domínio social-histórico, consultar CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

abordado as relações entre gênero e meio ambiente restringindo-se apenas à história das mulheres, Montysuma consegue dar visibilidade às mulheres na história, mas em seu sentido relacional, uma vez que a análise da história das mulheres nas matas é operacionalizada em interação e dialogicidade com a atuação masculina nos seringais, ou seja, de acordo com as complexidades que perpassam as relações de gênero na sociedade contemporânea.

Outro trabalho recentemente publicado que contribui para as reflexões aqui encetadas busca problematizar as inter-relações entre gênero e meio ambiente que se estabeleceram ao longo da história de São Paulo. Questionando a respeito dos papéis e das identidades de gênero constituídas desde o período colonial, Ismênia Tupy (2007) destaca as visões tradicionais de gênero demarcadas na então vila de São Paulo de Piratininga, onde se acreditava que as habilidades diferenciadas e complementares do homem e da mulher haviam sido naturalmente concedidas para proporcionar a defesa da vida. A autora ressalta, todavia, que nos tempos difíceis das aventuras desbravadoras dos bandeirantes, a figura feminina exercia um importante papel no interior das famílias, pois diante das dificuldades de acesso aos bens do comércio, eram as donas-de-casa quem comandavam não apenas tarefas como cuidados com a casa e com a alimentação, mas era ela quem também aproveitava os recursos naturais para produzir os bens fundamentais à sobrevivência da família.

Com base em recentes pesquisas apoiadas em inventários, testamentos e maços de população,¹⁴ a autora contesta a imagem de ociosidade e dependência frequentemente associadas às mulheres das elites do período colonial. Em virtude da ausência do marido ou da viuvez, destaca que essas mulheres eram sujeitos ativos no ambiente doméstico e fora dele, detendo todos os poderes sobre a família e as propriedades.

É interessante observar, neste trabalho, que Tupy (2007) além de reconhecer a relevância da atuação das mulheres no ambiente doméstico e na cultura do trabalho em geral, diferencia as múltiplas identidades e papéis que a figura feminina exerceu naquela sociedade, de acordo com as condições sociais e os

¹⁴ Ismênia Tupy se pauta nos trabalhos de SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família em São Paulo (Século XIX)*. São Paulo: Marco Zero, 1986. Cf. também o estudo de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

pertencimentos étnicos¹⁵ assumidos por cada grupo de mulheres,¹⁶ desde as brancas, portuguesas e católicas até a experiência de vida das indígenas que eram forçadas pelos colonizadores a labutar até a extrema exaustão. Observa-se que a autora delinea os diversos papéis e identidades que as mulheres exerceram simultaneamente em cada momento histórico: durante o período de mineração, quando a corrida pelo ouro arrebatou desde os proprietários mais abastados até a população livre ou escravizada dos mais diversos recantos da Colônia,¹⁷ também com a consolidação da cultura do café em São Paulo e o fim dos vínculos com a Coroa portuguesa, quando os cafeicultores mudaram os padrões de comportamento dos patriarcas – senhores agora mais preocupados com política e negócios, embora seu poder sobre a família permanecesse absoluto – e o das mulheres brancas e a figura dos homens e mulheres negros (as) escravizados (as), passaram a ser fundamental a essa sociedade até o fim da escravidão e a incorporação dos (as) imigrantes pobres e livres vindos de diversas partes da Europa trabalhar nos cafezais.

Nota-se assim que a autora explicita as identidades dos homens e das mulheres que conviveram no espaço paulista ao longo da história, desvendando as especificidades culturais e as relações de gênero que se estabeleceram a partir do contato com diversas paisagens naturais, econômicas e sociais. É interessante

¹⁵ Para o aprofundamento das leituras sobre etnicidade conferir POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. Barth questiona o termo bastante abstrato de “sociedade” utilizado pelos antropólogos sociais. Na ótica desse teórico, é necessário compreender há uma série de fatores que influenciam na constituição dos grupos étnicos e na perpetuação de suas fronteiras no interior de uma sociedade ou configuração cultural. Deve-se assumir o ponto de vista de que a sensação de pertencimento a uma etnia deve ser encarada como consequência de fatores diversos como condições ecológicas, culturais e sociais criadores da diversidade. Nesse sentido, problematiza-se as fronteiras étnicas como suscetíveis tanto a mudanças quanto à perpetuação/manutenção ao longo do tempo.

¹⁶ Manoel Castells, estudando o processo de desenvolvimento dos grupos étnicos afro-americanos e as profundas transformações e divisões em termos de classes sociais ocorridas a esses segmentos sociais nos Estados Unidos, nas últimas três décadas, sustenta a hipótese de que o conceito de etnia não fornece as bases para a compreensão dos paraísos comunais da sociedade em rede, por está vinculado aos vínculos primários e não considerar a reconstrução identitária que ocorre historicamente de acordo com os contextos nacionais, a religião e o contato com outros códigos de significação. Cf. *Ibidem*. p. 78.

¹⁷ Para ampliar os conhecimentos a respeito da atuação das mulheres negras escravas nas áreas mineratórias ver o trabalho de APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*. 2. ed. Goiânia, GO: Kelps, 2007. Com ampla acuidade analítica e através do arrolamento de uma série de documentos até então passíveis de uma leitura crítica historiográfica, a autora desvenda as atividades cotidianas dos homens e mulheres negras sob o jugo da escravidão dos pequenos arraiais do Tocantins, no século XVIII, dando vozes a atores e artes sociais até então silenciados pela história.

observar que ela consegue problematizar visões naturalizadas a respeito da constituição das identidades de gênero, chamando atenção para as múltiplas faces identitárias que as mulheres e homens assumem simultaneamente em cada momento histórico, considerando as relações de gênero, os arranjos sociais, o pertencimento a grupos étnicos e a classes sociais.

Como vimos, as conferências internacionais realizadas pela ONU têm-se preocupado em incorporar as perspectivas de gênero para discutir as questões ambientais, a participação social e o desenvolvimento sustentável com equidade. Um dos temas de enorme relevância que têm sido pauta dos debates nessas reuniões é a gestão social das águas, especialmente a incorporação das perspectivas de gênero no acesso aos recursos hídricos como um direito humano. A gestão integrada dos recursos naturais não deve ser pensada apenas do ponto de vista da preservação da biodiversidade dos ecossistemas, mas também sob a ótica da participação nas decisões sociais, políticas e ambientais, em especial dos grupos minoritários como as mulheres, os povos indígenas e demais grupos que exercem importante papéis para a construção de sociedades sustentadas, segundo os padrões culturais específicos à forma de relacionamento de cada uma dessas categorias com o seu meio ambiente circundante.¹⁸

Para Pasquarelli Jr. et. alli.,

A incorporação da perspectiva de gênero formulada pelo movimento de mulheres, nacional e internacional, é entendida como a inclusão de medidas transformadoras que absorvam o conhecimento e os interesses de mulheres e homens, tornando-os parte da Agenda relacionada à gestão e ao uso da água, o que implica a preparação de profissionais e pesquisadores da água quanto à conscientização sobre a relação “gênero e água” de forma a identificá-la em sua área de trabalho. (2008, p. 82)

Com base nessas considerações, os autores chamam atenção para a necessidade de que os desafios de equidade, de participação política e ambiental incluam as perspectivas de gênero e suas diversidades sociais, especialmente no

¹⁸ Com base na noção de *Ambientalismo dos pobres*, alguns autores têm problematizado a distribuição conflitiva dos territórios, o acesso desigual aos recursos naturais e a má distribuição dos danos e riscos causados pelo desenvolvimento hegemônico que atinge, desproporcionalmente, as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade. Chamam a atenção para percebermos que esses grupos sociais minoritários desenvolvem formas específicas de preservação dos bens da natureza e acionam outras matrizes de sustentabilidade, exigindo-nos pensar esta última a partir da equidade e da heterogeneidade cultural e da diversidade de projetos que os diferentes sujeitos sociais constroem. Ver MARTINEZ-ALIEZ, Joan. *The Environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Massachusetts, EUA: Edward Elgar Publishing, 2002.

que se refere aos usos e gestão social dos recursos hídricos. Evidencia-se que tanto as análises científicas quanto as políticas públicas devem incorporar as perspectivas de gênero em seus estudos a fim de que a equidade, a justiça ambiental e a cidadania sejam efetivamente promovidas. Desse modo, entre as contribuições que a abordagem de gênero pode trazer, especificamente à gestão das águas, destaca-se a percepção das necessidades e estratégias de usos dos recursos hídricos que afetam diferentemente mulheres e homens e pela valorização das habilidades e conhecimentos das mulheres. (PASQUARELLI JR. et. alli, 2008, p. 83).

A valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero e de pertencimento a grupos sociais para analisar a gestão dos recursos ambientais, especialmente das águas, pelos historiadores e cientistas sociais pode incrementar e ampliar as análises desses pesquisadores. Com base da noção de *ambientalismo dos pobres*, grupos minoritários podem acrescentar saberes e habilidades, resultantes, em geral, de longa experiência na busca de sobrevivência com a escassez dos bens ambientais. Sugerimos, por exemplo, um estudo sobre os malabarismos que as mulheres da região do Semi-árido fazem para gerir os usos domésticos da água, escassa nos períodos de secas prolongadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, com base nas proposições explicitadas ao longo deste artigo que a incorporação das categorias de gênero ao estudo das mulheres é fundamental para assegurarmos a ética pela qualidade de vida e pelos direitos humanos, contemplando diversidade sociocultural. No que se refere à incorporação desse novo paradigma metodológico ao âmbito das ciências sociais e humanas, observamos que esta veio incrementar e enriquecer as pesquisas relacionadas com contextos socioculturais específicos.

Como nos detemos particularmente ao estudo das categorias de gênero na disciplina histórica, constatamos que este tem sido realizado sob olhares multifacetados, segundo os referenciais teórico-metodológicos que perpassam as indagações dos historiadores.

Delineamos, nesse sentido, os enfoques da história social, da história cultural, dos pós-estruturalistas/desconstrucionistas e da história ambiental, analisando os limites e as possibilidades de cada uma dessas dimensões interpretativas.

Percebemos que a história social tem-se limitado ao estudo das mulheres enquanto grupos de classe ou raciais, mesmo quando houve a reorientação para a análise das categorias de gênero. Tais restrições têm sido compensadas pelos historiadores culturais, preocupados em analisar as tensões de poder que perpassam o gênero em suas inter-relações históricas. Nesse sentido, a história cultural tem abordado os estudos das identidades de gênero, considerando a produção histórica, social política e simbólica de significados. Tais análises diferem, por seu turno, dos estudos pós-estruturalistas, que têm se detido às análises dos binarismos, da heterogeneidade compulsória e do falocentrismo enquanto produções discursivas, não levando em consideração as tensões políticas, históricas e representacionais que se efetivam enquanto práticas sociais, ou seja, para além das construções meramente discursivas.

Do ponto de vista das inter-relações históricas entre gênero e meio ambiente, ressaltamos a importância dos enfoques de história ambiental para situar e reconhecer a atuação dos homens e mulheres no tempo/espço, quando se dá a apropriação dos recursos naturais e a significação culturais do ambiente circundante. Tal análise permitiu-nos perceber que a preservação ambiental e a justiça social não devem ser pensadas de forma dissociada da equidade entre os sujeitos sociais. A história e o potencial político que ela assume na contemporaneidade pode contribuir para transformações sociais em benefício da construção de sociedades democráticas e com igualdade de direitos, independentemente de pertencimento étnico, cultural, religioso, a grupos socioeconômicos, etc. As discussões aqui explicitadas demonstram que não é possível discutir justiça social, ambiental, cidadania e desenvolvimento humano/cultural na contemporaneidade, sem considerar a participação social, política e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do falo: uma história do gênero masculino** (Nordeste 1920-1940). Maceió, AL: Edições Catavento, 2003.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (volume II). Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez editora, 1997.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação biológica. In: **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 37-47, 1995.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: **Cadernos Pagu**, n.11, p. 107-125, 1998.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 67-75, 1998.
- MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: uma (in)visibilidade das mulheres na construção das florestas na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 155-174
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. In: **Cadernos Pagu**, n. 11, p.99-105, 1998.
- PASQUARELLI JR. Vital et. alli. Gênero e meio ambiente: mulher, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 65-88
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In: **Cadernos Pagu**, n.3, p. 29-62, 1994.
- TUPY, Ismênia S. Silveira T. **As mulheres e o trabalho doméstico: dos cuidados da casa ao serviço remunerado**. In: História ambiental paulista: temas, fontes, métodos. São Paulo: Senac São Paulo, 2007. p. 193-208

Artigo:
Recebido em: 25/02/2009
Aceito em: 13/06/2009